

Ofício DPJUR n.º 677/2023
Assunto: Resposta ao Ofício n.º 271/2023/ASS.LEG/CMJ.

Prezado Senhor,

O **Instituto Social de Saúde São Lucas**, doravante ISSSL, na qualidade de gestor do Hospital Municipal de Juína, Dr. Hideo Sakuno, localizado no município de Juína, Mato Grosso, com fulcro no Contrato de Gestão n.º 001/2022, neste ato, por sua Presidente, Litana Grasiela dos Santos Alves, vem apresentar esdarecimento ao respeitável Legislativo local, em resposta à proposição que versa sobre a disponibilização de sinal de internet via Wi-Fi aos pacientes ou acompanhantes com filtros de navegação que impeçam o acesso a conteúdo impróprio, bem como a devida obtenção de dados que não interfira nos serviços e trabalhos realizados nas dependências do Hospital Municipal de Juína Dr. Hideo Sakuno.

Após criteriosa análise da situação, é primordial esdarecer que o Instituto Social de Saúde São Lucas conduz suas ações embasadas em princípios científicos, tecnológicos e nas melhores práticas humanizadas na área de saúde.

Nesse sentido, acolhemos o pedido e procedemos a uma avaliação minuciosa a fim de atender à demanda. Constatamos que a internação hospitalar frequentemente gera um afastamento entre o paciente e seus familiares, potencialmente ocasionando situações de estresse em certos casos.

Alicerçados no consenso, reconhecemos que a proximidade entre paciente e família constitui um fator crucial para mitigar níveis de estresse, no qual a tecnologia emerge como uma aliada valiosa, permitindo a aproximação eletrônica entre indivíduos.

Por outro lado, é imperativo considerar diversos fatores ao implantar ou alterar processos ligados à assistência à saúde. No caso em questão, concentramos nossa análise nas implicações da Lei Geral de Proteção de Dados, nas regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) referentes ao controle de infecções hospitalares e nas alterações de dispositivos médicos associadas às frequências de rádio utilizadas por dispositivos móveis.

Analisando e fundamentando a situação, identificamos que as ondas eletromagnéticas emitidas por telefones móveis interferem no funcionamento adequado de equipamentos médicos e outros dispositivos sensíveis.

O excerto mencionado foi produzido pelo farmacêutico e bioquímico Silvano Vilela, e está disponível para consulta em: <https://www.plugbr.net/celulares-confirmado-interferem-no-funcionamento-de-equipamentos-medico-hospitalares/>.

A falta de segurança em manter uma rede Wi-Fi liberada em uma unidade hospitalar é uma preocupação legítima, especialmente à luz da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e dos riscos associados à segurança dos dados dos pacientes e arquivos sigilosos do hospital. Uma rede Wi-Fi desprotegida pode resultar em diversas vulnerabilidades que podem ser exploradas por indivíduos mal-intencionados. Aqui estão alguns pontos a considerar:

- Riscos para a Privacidade e Confidencialidade dos Pacientes:** Hospitais lidam com uma grande quantidade de informações sensíveis e confidenciais dos pacientes, incluindo históricos médicos, registros de tratamento e informações de seguro de saúde. Uma rede Wi-Fi desprotegida pode permitir o acesso não autorizado a esses dados, comprometendo a privacidade dos pacientes e possivelmente resultando em violações da LGPD.
- Vazamento de Dados e Roubo de Informações:** Uma rede Wi-Fi aberta é suscetível a ataques de interceptação, onde dados sensíveis podem ser roubados durante a transmissão. Isso pode levar ao vazamento de informações pessoais dos pacientes e à exposição de registros médicos confidenciais, causando danos tanto aos pacientes quanto à reputação do hospital.
- Ameaças Internas e Externas:** Redes Wi-Fi abertas podem ser exploradas por indivíduos dentro e fora do hospital. Funcionários desonestos ou mal-intencionados podem acessar informações restritas. Além disso, *crackers* podem aproveitar a falta de segurança para entrar na rede, causando danos significativos.

Instituto Social de Saúde São Lucas

Rua Presidente Vargas, 865 S - Bairro Vila Bela - Arapápolis - CEP 78420-000

www.institutosociaisaulucas.com.br

4. **Responsabilidade Legal e Penalidades:** A LGPD impõe responsabilidades rigorosas sobre a proteção de dados pessoais. Se um hospital não adotar medidas adequadas de segurança de dados, poderá enfrentar penalidades financeiras substanciais e danos à sua reputação.
5. **Medidas de Segurança Necessárias:** É fundamental implementar medidas de segurança robustas, como a criptografia dos dados transmitidos pela rede Wi-Fi, autenticação forte para acessar a rede, segmentação da rede para isolar sistemas críticos e monitoramento constante de atividades suspeitas.
6. **Conscientização e Treinamento:** Além das medidas técnicas, treinar funcionários, médicos e equipe de TI sobre as práticas adequadas de segurança cibernética é essencial. A conscientização pode ajudar a prevenir ações inadvertidas que comprometam a segurança.

Em resumo, manter uma rede Wi-Fi liberada em uma unidade hospitalar é uma prática arriscada, considerando os riscos associados à proteção de dados dos pacientes e arquivos sigilosos do hospital. A implementação de medidas de segurança adequadas é crucial para cumprir as obrigações legais, proteger a privacidade dos pacientes e manter a confidencialidade das informações médicas.

Por fim, cabe ressaltar a Lei n.º 13.709, datada de 14 de agosto de 2018, que versa sobre a proteção de dados, particularmente no campo da saúde. Com base nesta legislação, destacamos que as redes de Wi-Fi constituem infraestruturas que operam com o uso de dados, possuindo a capacidade de coletar e armazenar informações de usuários e senhas. Ademais, permitem ao administrador visualizar históricos de navegação, trajetos percorridos e outras informações relevantes.

Assim, a implementação de uma rede Wi-Fi pública requer um planejamento que esteja em conformidade com a legislação vigente. Isso envolve a obtenção do consentimento prévio do usuário, exemplificando e explicando as normas por meio de uma página pública. Tal abordagem, entretanto, acarretaria custos adicionais ao projeto, impactando negativamente os recursos públicos destinados a ações programadas e alinhadas com os objetivos institucionais.

Concluindo, o Instituto Social de Saúde São Lucas valoriza e parabeniza a iniciativa do legislador em promover o bem público, especialmente em questões humanitárias. No entanto, considerando nosso papel como agentes de promoção da saúde, sugerimos que essa medida não seja adotada.

A presença de parentes e acompanhantes na unidade desempenha um papel crucial no bem-estar dos pacientes. A possibilidade de ter um familiar próximo durante o período de internação não apenas proporciona conforto emocional, mas também pode ter benefícios positivos para a recuperação dos pacientes. A presença de acompanhantes é liberada nos termos da Lei 11.108/2005, conhecida como "Lei do Acompanhante".

A Lei 11.108/2005 dispõe sobre a garantia do direito de acompanhante nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) para pacientes menores de idade, idosos, gestantes e pessoas com deficiência. Essa lei garante que esses pacientes tenham o direito de serem acompanhados por um familiar ou pessoa de sua escolha durante o período de internação.

Além disso, a liberação de visitas diárias também é uma prática saudável e importante para o paciente e é devidamente adotada na unidade. A visita de amigos e familiares pode trazer conforto emocional, reduzir o isolamento e melhorar a moral do paciente. No entanto, é importante equilibrar essa prática com as necessidades médicas e a privacidade dos pacientes.

É interessante notar que, nos últimos 7 meses, a média de permanência dos pacientes internados não ultrapassou a meta estabelecida no contrato de Gestão, que é de 4 dias. Isso pode ser um indicador positivo da eficiência do tratamento e dos cuidados médicos prestados. A redução no tempo de internação pode estar relacionada a uma série de fatores, incluindo avanços na prática médica, diagnósticos mais precisos, tratamentos mais eficazes e uma abordagem multidisciplinar no cuidado ao paciente.

Em resumo, a presença de parentes e acompanhantes em unidades hospitalares é uma prática benéfica para os pacientes, proporcionando apoio emocional e contribuindo para a sua recuperação. A Lei do Acompanhante estabelece os direitos dos pacientes quanto a isso. Além disso, a redução na média de permanência dos pacientes internados nos últimos meses pode indicar eficiência no tratamento e cuidado médico, desde que seja mantido o equilíbrio entre as necessidades médicas e o conforto dos pacientes.

Nesse contexto, compreendendo que existem alternativas viáveis para abordar essa questão, colocamo-nos à disposição, considerando possibilidades como visitas a abordagens que possam efetivamente atender à necessidade expressa, garantindo maior segurança, eficácia e efetividade.

Sendo o que nos competia ao momento, renovamos votos de elevada estima e consideração, ao mesmo tempo em que nos dispomos a quaisquer providências.

Atenciosamente,

LITANA GRASIELA
DOS SANTOS
ALVES:07367322680

Assinado de forma digital por
LITANA GRASIELA DOS
SANTOS ALVES:07367322680
Dados: 2023.08.31 14:23:46
-03'00'

INSTITUTO SOCIAL DE SAÚDE SÃO LUCAS
Litana Grasiela dos Santos Alves

Ao Sr.
Fabiano Aurelio Ribeiro
Presidente da Mesa Diretora
Câmara Municipal de Juína, Mato Grosso

Instituto Social de Saúde São Lucas

Rua Presidente Vargas, 865 S - Bairro Vila Alta - Arapari - CEP 78420-000

www.institutosociaisaulucas.com.br

PROTOCOLO GERAL 1239/2023
Data: 04/09/2023 - Horário: 08:59
Administrativo - OFC 509/2023



Câmara Municipal de Juína - MT

